



POLÍTICAS PÚBLICAS E AS QUESTÕES DA CULTURA, DA IDENTIDADE E DA CIDADE

Reginaldo Gomes de Oliveira

Universidade Federal de Roraima, Brasil

Pedro Marcelo Staeve

Universidade Federal de Roraima, Brasil

Georgia Patrícia da Silva

Instituto Federal de Roraima, Brasil

RESUMO

A presente mesa temática tem como eixo Estado, Cultura e Identidade, reunindo três pesquisadores que visam problematizar e ampliar as análises sobre políticas públicas no contexto urbano, com enfoques sobre os índios urbanos, os imigrantes e a proteção do patrimônio histórico-cultural. Para alcançar esse objetivo o primeiro expositor fará uma abordagem da situação do índio morando na cidade que não acontece somente no Estado de Roraima, mas em várias cidades do Brasil, da América do Sul, entre outras regiões. Essa temática dos índios na cidade é um assunto que ganhou maior atenção na década de 1980, por meio dos debates e trabalhos de Pós-Graduação orientados pelo professor Roberto Cardoso de Oliveira na UnB. Nesses debates vários termos eram reavaliados sobre a identidade do índio na cidade: índios civilizados, cablocos, descendentes de índios, índios misturados, entre outros termos que foram ganhando visibilidade por meio do processo histórico dos contatos interétnicos. O segundo expositor irá discutir acerca da expansão das migrações em Roraima e as diferentes territorialidades presentes neste espaço multifacetado formado por várias manifestações territoriais presentes nas diversas origens dos migrantes que compõem este mosaico cultural: nordestinos, sulistas, indígenas, guianenses e venezuelanos manifestam suas territorialidades de diversas formas, políticas, econômicas e culturais. Nos últimos anos apesar da redução no ritmo da migração, a mobilidade da população continua sendo um elemento fundamental na formação da sociedade roraimense. A forte migração ocorrida nas últimas décadas gerou uma significativa expansão demográfica na capital roraimense, Boa Vista, que atualmente possui uma população de quase 300 mil habitantes, frente aos menos de 15 mil em 1970. O terceiro expositor incentivará o debate enunciando algumas contradições entre discursos e práticas manifestadas na cidade de São Luís – MA, tendo como pano de fundo o protagonismo do programa de revitalização *versus* atuação do poder público sobre o legado cultural. O objetivo principal consistiu em analisar como determinados políticos se apropriaram da questão da proteção do patrimônio histórico-cultural. Do ponto de vista teórico-metodológico os três trabalhos tem em comum o Estado e as Políticas Públicas na questão urbana, cultural e de identidade.

Palavras-Chave: Políticas Públicas, Cultura, Identidade



A QUESTÃO URBANA E O INDÍGENA

Reginaldo Gomes de Oliveira¹

RESUMO

Os povos indígenas no Brasil ganharam maior visibilidade após a Constituição Federal de 1988. Contudo, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) não conseguiu realizar um censo que identificasse as etnias, o tamanho do contingente populacional e os espaços (rural e urbano) habitados por esses povos. A referida Constituição reconheceu os direitos socioculturais diferenciados aos índios e que eles sejam respeitados morando na área rural ou urbana. São essas questões que abordaremos nesse artigo com base na experiência dos índios urbanos de Boa Vista-Roraima.

Palavras-Chave: Índios Urbanos, Política Indigenista.

ABSTRACT

The indigenous peoples in Brazil have gained greater visibility after the 1988 Federal Constitution. However, the IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) failed to conduct a census to identify the ethnic groups, and the spaces inhabited by these people, whether in rural or urban area. The Constitution recognizes the different social and cultural rights of the Indigenous and these issues will be addressed in this article based on the experience of urban Indigenous in Boa Vista, Roraima

Keywords: Urban Indigenous, Indigenous Policies.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Brasileira promulgada em 1988 reconheceu os direitos socioculturais diferenciados dos índios e que eles sejam respeitados morando em áreas rurais ou urbanas. Essa realidade socioeconômica da situação do índio morando na cidade não acontece somente no Estado de Roraima, mas em várias cidades do Brasil, da América do Sul, entre outras regiões. A política governamental brasileira dos últimos

¹ Doutor. Universidade Federal de Roraima (UFRR) regiegomes@hotmail.com



50 anos, que buscou programar o desenvolvimento de Roraima, influenciou o deslocamento desses povos indígenas para a cidade de Boa Vista. Contudo, a memória coletiva vivenciada nos depoimentos dos Makuxi e Wapichana relembra também que a origem da cidade de Boa Vista, com a fundação da Fazenda Boa Vista em 1830, foi na área das malocas Paraviana, Makuxi e Wapichana que habitavam o litoral do rio Branco.

O Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia (NUPEPA/ UFRR), por meio de estudos relacionados com a temática indígena urbana na Amazônia, promoveram entre 2008 e 2009 fóruns para solucionar dúvidas e problemas, além de oferecer a possibilidade da tomada de consciência de certos pontos nodais do encontro do europeu com o índio. Contudo, antes de abordar essa temática faremos uma introdução histórica desse espaço amazônico de cultura caribenha.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA AMAZÔNIA CARIBENHA

Ao abordar o tema Amazônia gostaria de lembrar a existência dos nove países que compõem o território dessa região: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guayana², Suriname e Guiana Francesa. Desse grupo amazônico, aponto para cinco países que denomino de Amazônia Caribenha, o meu objeto de estudo dentro de uma parceria entre a Universidade Federal de Roraima (UFRR), a University of Guyana (UG) e a Anton de Kom Universiteit van Suriname (AdeKUS).

O conceito Amazônia Caribenha, como um contexto regional internacional em formato de ilha, surgiu dos estudos com base na cartografia histórica, apoiada nas informações dos diferentes viajantes europeus: Terceira Viagem de Colombo (1498), Américo Vespúcio (1499), Vicente Pinzon (1500), Walter Raleigh (1596), Abraham Cabeliau (1598), entre outros, durante o processo de colonização amazônica. Conforme a documentação elaborada pelo comandante da Colônia do Essequibo, Laurens Storm van Gravesande, em 1739, a ocupação holandesa na Amazônia Caribenha teve início no século XVI. Por volta de 1581, na área denominada Pomeroon Coast, localizada entre o

² Termo de origem indígena Arawak e significa “terra de muitas águas”, que em inglês identifica a República Cooperativa de Guayana. Termo que foi popularizado na fase colonial e denominava todo o litoral amazônico-caribenho entre o delta dos rios Orinoco e Amazonas, conhecida como “Costa da Guayana”. Não há tradução para o português do termo em inglês Guayana ou guyanese, como país ou habitante da República Cooperativa de Guayana. Os termos Guiana ou guianense são relativos à antiga Guiana Inglesa. Contudo, a cultura popular brasileira tornou português o termo inglês “Guyana”.

delta dos rios Orinoco e Essequibo, os holandeses, que representavam os interesses dos Países Baixos nesse território amazônico, estabeleceram os primeiros postos de comércio (VAN GRAVESANDE, 1967; OLIVEIRA, 2006).



Mapa: Amazônia Caribenha, uma adaptação do autor compilada do Atlas IBGE: Mapa da América do Sul.

Ao observar a região Norte/Nordeste no Mapa da América do Sul, posso visualizar o caminho das águas marítimas e fluviais que margeiam todo o território da ilha Amazônica Caribenha. Ao apontar o primeiro caminho das águas reconheço o litoral Atlântico Norte entre o delta do rio Orinoco, na Venezuela, e do rio Amazonas, no Brasil, exibindo a imensa trilha marítima que marcou o início da colonização holandesa no referido litoral. Ao investigar o caminho das águas fluviais, percebo outras trilhas indígenas entre os rios Orinoco e Amazonas definindo as fronteiras no interior da Amazônia Caribenha. Outros caminhos fluviais que desenham os limites da ilha são assinalados pela margem esquerda do rio Amazonas e do rio Negro, pelo Canal de Cassiquiare, entre o Brasil e a Venezuela, e a margem direita do rio Orinoco. Isso é comprovado quando analisamos o Mapa Amazônia Caribenha exposto acima.

A presença da cultura e língua holandesa na Amazônia é pouco estudada. Acerca das fronteiras do Brasil com o Suriname quase nada é encontrado na literatura histórica Luso-Brasileira. É na literatura Inglesa e dos Países Baixos que encontramos parte das explicações históricas sobre os holandeses na liderança do comércio no Atlântico Norte, por volta de 1570. Nesse período, a Holanda era uma das principais



províncias dos Países Baixos governada pela Espanha. Desse modo, os navios dos Países Baixos dominavam o comércio com os índios no litoral da “Costa Selvagem” ou das Guianas e abasteciam o mercado nas ilhas de Trinidad e Margarita, que eram as principais sedes do reino espanhol nesse espaço amazônico-caribenho (GOSLINGA, 1971; VAN GRAVESANDE, 1967).

Em 1581, os Países Baixos declararam guerra de independência contra o reino espanhol. Em 1648, com o final da guerra, foi assinado o Tratado de Münster que reconheceu a independência dos Países Baixos da Espanha, assim como a posse de todo o território litorâneo entre o delta dos rios Orinoco e Amazonas. Desse modo, o Tratado redefiniu as fronteiras na ilha das Guianas ou Amazônia Caribenha como território dos Países Baixos. No decorrer dos anos de 1585 a 1650, os holandeses instalaram postos de comércio e fortalezas em toda essa extensão litorânea da ilha Amazônia Caribenha (OLIVEIRA, 2008).

Outro aspecto relevante para caracterização desse território é a comunicação marítima, fluvial e terrestre na referida ilha. Nesse contexto, os rios são de difícil navegação em decorrência das cachoeiras e das serras que formam uma espécie de muralha natural entre o interior e o litoral. A complexidade geográfica delineada pelo planalto das Guianas, Tumucumaque e outras serras de pequeno porte, marca os limites das fronteiras nacionais e internacionais nessa área amazônica caribenha.

3 OS POVOS INDÍGENAS NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA CARIBENHA

A literatura etno-histórica indica os povos Karíb e Arawak como os dois principais troncos linguísticos, somado a diferentes povos indígenas com distintas relações socioculturais, tanto no território da Amazônia Caribenha como no território das ilhas do mar do Caribe. Tais povos incorporaram elementos específicos como relações comerciais e organização de parentesco³, fortalecendo assim a presença da cultura caribenha na Amazônia. Em Pós-modernidade, os povos Patamona, Taurepang, Ingarikó, Makuxi, Maiongong, Wai Wai, Wapichana, Pemon, entre outros, considerados como

³ É sabido que os povos indígenas foram envolvidos nas trocas comerciais de produtos amazônicos e europeus. Além disso, europeus tomaram como esposas mulheres indígenas estreitando as relações de parentesco e as trocas comerciais na região.



primeiros habitantes desse espaço amazônico, buscam por direitos históricos e comentam sobre o enorme esforço em manterem a identidade étnica e absorverem a cultura nacional de cada país, sem perderem o modo de ser índio no contexto amazônico-caribenho.

Ao considerar a disposição da Amazônia, em especial da Amazônia Caribenha, faz-se necessário revisitar os arquivos, ouvir depoimentos, manusear documentos, remexer vestígios da história e da cultura, dialogando com pesquisadores do campo da Ciência Política, Social, Relações Internacionais entre outros campos do saber atuantes nesse contexto de realidade Amazônica. As parcerias são importantes e consolidam nossa experiência acadêmica, apresentam possibilidades de estudos e ensino acerca da complexidade sociocultural, histórica, geopolítica e de relações internacionais, entre outras produções do conhecimento de percepção dos diferentes docentes e pesquisadores que buscam a integração regional. A partir da trajetória histórica, cultural e linguística desse específico território amazônico, mostrando que, para o pesquisador e o educador, pensar nisso é tão relevante quanto compreender o acervo de teorias e metodologias de pesquisa das propostas de Políticas Públicas e Indigenistas na contemporaneidade.

Tais possibilidades de percepção, de elaboração de políticas de integração internacional, nacional, regional e local, por meio das parcerias de pesquisas entre as instituições e órgãos governamentais da Amazônia, devem ser discutidas e criados os procedimentos de efetivação das propostas. Dessa postura surge a necessidade de mapearem-se as relações de convivência dos povos indígenas que se deslocam entre o contexto rural e o urbano de fronteiras internacionais, que delimitam a formação da identidade dos países que ocupam a Amazônia. São nações herdeiras da convivência cultural ibérica, anglo-saxão, anglo-germânico e franco-guianês, que ganham outras interpretações quando inclui os povos indígenas no debate de construção da identidade cultural regional e fronteiriça.

Podemos dizer que, os povos indígenas ganharam maior visibilidade após a Constituição Federal de 1988. Contudo, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) não conseguiu realizar um censo que identificasse as etnias, o tamanho do contingente populacional e os espaços (rural e urbano) habitados por esses povos. A referida Constituição reconheceu os direitos socioculturais diferenciados aos índios e que



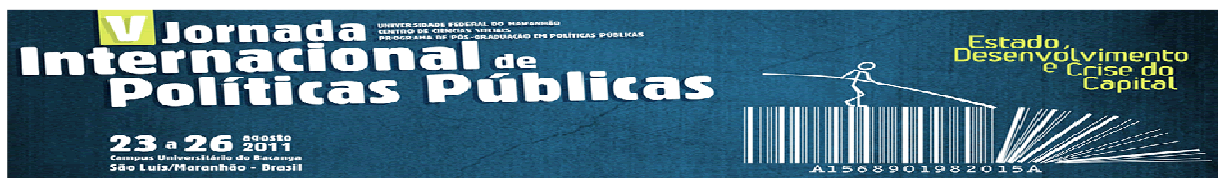
eles sejam respeitados morando na área rural ou urbana. Essa situação do índio morando na cidade não acontece somente no Estado de Roraima, mas em várias cidades do Brasil, da América do Sul, entre outras regiões. Essa temática dos índios na cidade é um assunto que ganhou maior atenção na década de 1980, por meio dos debates e trabalhos de Pós-Graduação orientados pelo professor Roberto Cardoso de Oliveira na UnB. Nesses debates vários termos eram reavaliados sobre a identidade do índio na cidade: índios civilizados, caboclos, descendentes de índios, índios misturados, entre outros termos que foram ganhando visibilidade por meio do processo histórico dos contatos interétnicos.

Apesar do Estado de Roraima possuir representantes de diversas etnias indígenas que ocupam diferentes áreas num contexto de fronteiras internacionais, ainda são escassos os trabalhos demográficos que abordam de maneira clara o tamanho e a dinâmica dessas populações, as condições de vida desses povos, em particular das famílias indígenas moradoras dos municípios e vilas de Roraima e dos países vizinhos.

4 AS EXPERIÊNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS EM RORAIMA

A política governamental dos últimos 50 anos, que buscou programar o desenvolvimento de Roraima, influenciou o deslocamento desses indígenas para a cidade de Boa Vista. Contudo, a memória coletiva vivenciada nos depoimentos dos Makuxi e Wapichana relembra também que a origem da cidade de Boa Vista, com a fundação da Fazenda Boa Vista em 1830, foi na área das malocas Paraviana, Makuxi e Wapichana que habitavam o litoral do rio Branco. Para alguns desses indígenas a organização urbana da cidade de Boa Vista incorporou o antigo território das Malocas Makuxi, Wapichana e Paraviana, que se encontravam nas margens do rio Branco onde foi instalada a Fazenda Boa Vista. Assim, parte dessa população indígena acredita que nunca deixou o antigo território das malocas que se transformou na capital de Roraima.

Nesse contexto, a capital Boa Vista tornou-se uma cidade com grande contingente indígena que busca por reconhecimento de direitos como antigos habitantes da região. Nesse sentido, a Universidade Federal de Roraima (UFRR) vem participando nos últimos anos com propostas de ações extensionistas voltadas ao atendimento dos povos indígenas no Estado de Roraima, como foi o caso do Projeto Kuwai Kîrî



desenvolvido em parcerias entre a Pró-Reitoria de Extensão, o Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia (NUPEPA) e a Organização dos Índigenas da Cidade (ODIC). Esse projeto com a participação dos índios urbanos de Boa Vista foi um dos marcos das propostas da UFRR em desenvolver estudos e divulgar a história dos índios urbanos da capital de Roraima que habitam um território de fronteira (Brasil/Guyana/Venezuela).

O NUPEPA/ UFRR, por meio de estudos relacionados com a temática indígena urbana na Amazônia, promoveu entre 2008 e 2009 fórum para solucionar dúvidas e problemas, além de oferecer a possibilidade da tomada de consciência de certos pontos nodais do encontro do europeu com o índio. Desse modo, surgiu interesse de novos estudos e ações afirmativas que buscam analisá-los em função das expectativas do direito do índio, suscitado na Constituição Federal de 1988.

Assim, surgiu a necessidade e o convite da ODIC num projeto de consultoria na área de História e Política em apoio aos esclarecimentos e estudos dos índios urbanos na cidade de Boa Vista-RR. A ideia é que todos juntos possam desenvolver uma leitura mais acurada, que possibilite a percepção da atuação dos índios na cidade como um todo, em todas as trajetórias indígenas que compõem aspectos importantes do processo de formação da História Regional ou da História de Roraima.

Neste sentido, a referida parceria resultou na criação de oficinas culturais em cinco bairros de Boa Vista: Araceli Souto Maior, São Bento (Brigadeiro), 13 de Setembro, Monte das Oliveiras e União, voltadas para discussões com temas que contemplaram questões históricas, culturais, de direito e cidadania dos índios urbanos moradores da capital do estado de Roraima, sobretudo no que concerne sua inserção e participação na sociedade nacional. Essa ação assistiu aproximadamente quatrocentos (400) indígenas que vivem no município de Boa Vista, mas acreditamos que ainda não é suficiente, pois segundo dados divulgados pela ODIC existem mais de trinta mil (30.000) índios urbanos na cidade boavistense, cuja maioria encontra-se vivendo em condições de extrema precariedade nos bairros menos favorecidos.

Nesse conjunto de circunstância, faz-se necessário examinar as particulares experiências culturais indígenas no território circundante do Monte Roraima, antiga morada do herói-cultural Makunaima, presente na mitologia dos povos indígenas do tronco linguístico Karíb, com narrativas que explicam a formação dessa porção de terra



amazônica perpetuada pela memória cultural indígena. Assim como no passado e no presente, os indígenas Karíb e Arawak reconhecem esse solo ocupado pelos cinco países como pertencente aos ancestrais indígenas, pois dominam o conhecimento da malha de comunicação marítima, fluvial e terrestre na região, auxiliando grupos indígenas a deslocarem-se de forma semelhante ao do passado, conduzindo os viajantes ao litoral e para o interior e vice versa, ora navegando, ora caminhando até o próximo rio em direção ao destino desejado. No passado, os viajantes procuravam o lendário El Dorado sem sucesso. Hoje, os viajantes utilizam esses caminhos - aquático e terrestre - entre o interior (rio Branco) e o litoral amazônico-caribenho reorganizando as trocas socioculturais nas fronteiras transnacionais. Como exemplo, podemos verificar o deslocamento do povo Makuxi ou Wapichana morador da região do Cantá ou Bonfim (Brasil) com os do Anai ou Sul do Rupununi (Guyana), que buscam por melhores condições de vida ora em Guyana (Georgetown) e ora no Brasil (Boa Vista-Roraima).

Na cultura indígena essa divisão entre os Estados Nacionais não é clara. Desse modo, os indígenas chegam a Boa Vista ora sozinhos e ora em grupos familiares redefinindo as identidades étnicas na cidade, sem definição clara de serem brasileiros, venezuelanos ou guyaneses. A auto-identificação indígena é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, mas é antes de tudo um importante reconhecimento da consciência política de ser índio. Na cidade de Boa Vista é crescente a tendência da auto-identificação indígena, porém, isso não significa que “qualquer um pode ser índio”. Como exemplo, a Organização dos Indígenas da Cidade (ODIC) realiza na capital de Roraima um levantamento com base em critérios referentes à auto-identificação, com informações étnico-históricas e étnico-fisionômicas.

A mobilização dos povos indígenas no contexto da cidade, com reivindicações de reconhecimento do direito de auto-identificação das identidades étnicas, deu visibilidade a existência de comunidades indígenas nos diferentes bairros de Boa Vista. Ao chegarem à cidade trazem toda a sua história sociocultural e misturam com elementos socioculturais urbanos, sem perderem suas identidades étnicas. São poucos que conseguiram regularizar a documentação da casa e do terreno na cidade, mas há muitas áreas na capital que abrigam Makuxi, Wapichana, Wai Wai, Patamona, Taurepang, Ingaricó, entre outros povos que representam um grande contingente da população urbana nessa área amazônica.



5 CONCLUSÃO

Com relação às Políticas Indigenistas em Roraima, podemos dizer que esse tema ainda suscita controvérsias em vários segmentos da sociedade roraimense. Há uma resistência no reconhecimento do direito do índio urbano, em decorrência de uma política indigenista nacional que reconhece as populações indígenas aldeadas ou em comunidades rurais. O movimento dos índios urbanos reclama uma cidadania brasileira diferenciada, que seja assegurado o direito de auto-identificação dos povos indígenas emergentes no contexto urbano de Boa Vista. Como resultado da parceria entre NUPEPA e ODIC, com apoio da PROEX/ UFRR, foi desenvolvido em 2009 o projeto de ensino, pesquisa e extensão denominado Projeto Kuwai Kîrî (termo Makuxi que significa Teso de Buritizais e Igarapés). O Kuwai Kîrî contou com a participação de professores e alunos da UFRR e dos indígenas moradores dos cinco bairros da cidade de Boa Vista já citados. O referido projeto foi realizado durante o ano de 2009 (fevereiro-dezembro) e deu oportunidade aos índios urbanos discutirem novas abordagens e interpretações que envolvem a história de cada família indígena na cidade.

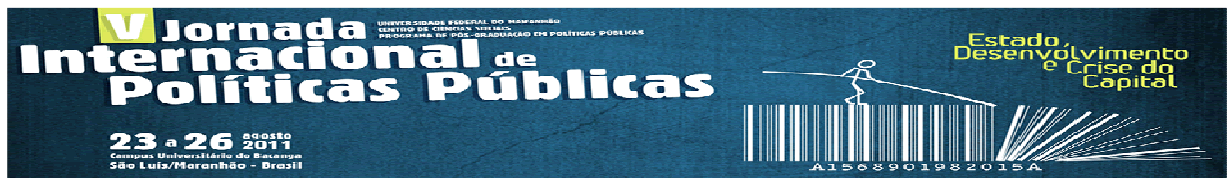
Para ampliar essa discussão, o resultado dessa experiência está no livro com o título “Projeto Kuwai Kîrî: a experiência amazônica dos índios urbanos de Boa Vista-Roraima”, publicado pela nossa Editora Universitária com lançamento durante a Semana de Aniversário da UFRR. O evento aconteceu no Seminário sobre os índios urbanos no Auditório da UFRR, no dia 09 de setembro de 2010. O nosso trabalho continua e acompanhamos o desenvolvimento das Oficinas Culturais que estão sendo ampliadas para outros bairros da cidade.

REFERÊNCIAS

GOSLINGA, Cornelis. **The Dutch in the Caribbean and on the Wild Coast 1580-1680**. State of Florida: The University of Florida Press, 1971.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. Notas sobre os holandeses na Amazônia no período colonial. In: **Revista Textos & Debates** n. 11. Boa Vista-RR: Edufr, 2006.

_____. O Rio Branco no Contexto da Amazônia Caribenha: aspectos da colonização européia entre os séculos XVI e XVIII. In: MARTINS, Estevão Chaves de Rezende;



MOREIRA, Felipe Kern (orgs.). **Relações Internacionais na Fronteira Norte do Brasil.** Coletânea de Estudos. Boa Vista-RR: Edufr, 2008.

_____(Org.). **Projeto Kuwai Kîrî:** a experiência amazônica dos índios urbanos de Boa Vista-Roraima. Boa Vista/RR: EdUFRR, 2010.

SOUSA, Eliandro Pedro e REPETTO, Maxim (Orgs.). **Diagnóstico dos indígenas na cidade de Boa Vista-Roraima.** Boa Vista: Gráfica Lóris, 2007.

VAN GRAVESANDE, Laurens Storm. **The rise of British Guiana.** Compilação de seus estudos por C. A. Harris e J. A. De Villiers. London: Hakluyt Society (1911), Vol. I, 1967.



MIGRAÇÕES E MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES DOS IMIGRANTES EM BOA VISTA - RR.

Pedro Marcelo Staevie⁴

RESUMO

O presente artigo busca mostrar o processo migratório em direção à Boa Vista e as múltiplas territorialidades existentes no espaço urbano da cidade. Com uma população marcadamente formada por imigrantes, sobretudo nordestinos, a capital de Roraima configura-se numa cidade multifacetada, lócus de distintas manifestações territoriais.

Palavras-chave: migração, territorialidades, Boa Vista.

ABSTRACT

The present article searches to show of form the migratory process in direction to the Boa Vista and the multiple existing territorialities in the urban space of the city. With a population formed by immigrants, over all northeasterners, the capital of Roraima is configured in a multifaceted city, a place of distinct territorial manifestations.

Keywords: migration, territorialities, Boa Vista.

1 INTRODUÇÃO

Com a tomada do poder pelos militares em 1964, um novo modelo de ocupação e desenvolvimento econômico para a Amazônia é colocado em prática. Sob os auspícios do discurso da soberania nacional e da necessidade de resolução de conflitos agrários no

Nordeste do país, a “terra de poucos homens” torna-se foco principal das ações colonizadoras por parte do governo ditatorial.

⁴ Mestre. Universidade Federal de Roraima (UFRR) pedrostaevie@yahoo.com.br



O rebatimento desta nova política em Roraima⁵ só ocorreu em 1975 com a criação do POLORORAIMA, no âmbito do Programa Pólos da Amazônia (POLOAMAZÔNIA). Este programa incentivaria “(...) o acréscimo na escassa mão-de-obra local, de população externa via *migração*” (grifo nosso) (MINTER, 1975, P.52, apud BARBOSA 1993.2).

Para o período de 1975 até 1979, o orçamento do POLORORAIMA previa investimentos na ordem de US\$ 53, 8 milhões, o que correspondia à quase 51 vezes o valor do ICM arrecadado pelo Território em 1980. Deste total, 45% eram de total responsabilidade do POLOAMAZÔNIA, 41,9% viriam de outros ministérios⁶ e os restantes 13,1% do governo local. Como era um Território Federal e não possuía receita própria, na prática todos os recursos eram oriundos da União. No orçamento previsto, havia recursos destinados para a criação de novas colônias agrícolas, regularização da posse da terra e abertura de novas estradas que *“dariam suporte ao enquadramento de novos colonos no Território”* (BARBOSA 1993.02, p.180).

Estes vultosos investimentos acabaram por possibilitar um fluxo migratório em direção a Roraima, que só não foi mais intenso *“devido ao ainda difícil acesso e, em parte, todos os governos locais dessa época eram regidos por militares pouco estimulados ao desenvolvimento de uma base política futura”*. (BARBOSA 1993.02 p.180).

2 MIGRAÇÕES, EXPANSÃO DEMOGRÁFICA E TERRITORIALIDADES EM RORAIMA.

Com a iniciativa do INCRA, Roraima inicia ao final dos anos 1970 um amplo programa de assentamentos humanos dirigidos. Os projetos de maior monta foram instalados nas regiões leste e centro-oeste do Território, com a Colônia Alto Alegre e os chamados Programas de Assentamento Rápido (PAR) Apiaú e Baraúna e ao sul com o PAR Jauaperi e os Projetos de Assentamento Dirigidos (PAD) Salustiano Vinagre (atual Anauá) e Jatapú. Durante os anos 1970 e 1980 ocorreu a implementação de diversos

⁵ Em 1962 o Território Federal do Rio Branco tem seu nome modificado para Território Federal de Roraima. Segundo alguns estudiosos (BARBOSA, p. ex.) esta mudança se deu em função da confusão que havia com Rio Branco, capital do Acre. Segundo o autor, correspondências e até mesmo pessoas acabavam parando nesta capital quando seu verdadeiro destino era o atual estado de Roraima.

⁶ O POLOAMAZÔNIA estava vinculado ao Ministério do Interior, portanto, ao seu orçamento.



projetos, atualmente administrados pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) ou pelo Instituto de Terras do Estado de Roraima (ITERAIMA).

Segundo Diniz (1997) os projetos de colonização agrícolas implementados desde a criação do Território acabaram por promover a transferência de colonos de regiões deprimidas economicamente do Nordeste brasileiro. Ainda que esta colonização dirigida tenha alcançado diversos estados nordestinos, é fundamentalmente o Maranhão o que mais contribui naquele momento no fornecimento de colonos imigrantes em direção ao novo Território Federal. Na realidade, esta primazia do Maranhão como grande fornecedor de mão-de-obra é observada ao longo de muitas décadas, exercendo ainda importante papel na composição do fluxo migratório em direção à Roraima. Neste sentido Freitas (1997) afirma: *“Esta ligação histórica entre o*

Maranhão e Roraima se fortaleceu através do tempo, gerando e perpetuando uma série de fluxos (...), ligando comunidades específicas nos dois estados” (p.2). Esta primazia do Maranhão no fornecimento de mão-de-obra migrante pode ser constatada pelos dados da PNAD 2008, que apontam para uma população nascida neste estado da ordem de 93 mil pessoas, ou seja, cerca de 22% do total da população residente no estado de Roraima. A Tabela 2 mostra os dados retirados da PNAD 2008. Chama a atenção o fato de mais da metade da população ter nascido em outra unidade da federação. Ademais, praticamente 38% da nasceram no Maranhão, Pará, Amazonas ou Ceará, os quatro principais fornecedores de imigrantes para Roraima. Os imigrantes oriundos destes quatro estados representam nada menos do que 75, 25% do total de nascidos em outras unidades da federação.

TABELA 1 - Imigrantes em Roraima conforme estado de nascimento (MA, PA, AM, CE), número total e porcentagem relativa a população total do estado – 2008.

Estado de nascimento	Número total (em mil hab.)	% do total da população residente em Roraima
MA	93	22,01
PA	29	6,88
AM	20	4,75
CE	18	4,27
Total MA, PA, AM, CE	160	37,91
Total imigrantes	212,6	50,5
População total	421	100,00

Fonte: PNAD 2008. Elaborada pelo autor.

Até a primeira metade dos anos 1980, ao menos 14 projetos de colonização agrícola já haviam sido instalados em Roraima, favorecendo sobremaneira a convergência de pessoas em direção à região. BARBOSA (1993.02), ao citar Silveira e Gatti (1988), afirma que “(...) o surgimento de um fluxo migratório mais intenso (...) representaria uma forma de expansão da fronteira caracterizada por um campesinato diferenciado” (p.183). Camponeses estes que já haviam experimentado outra etapa migratória, oriundos de outras frentes de colonização na própria Amazônia, particularmente de Rondônia. Ainda segundo o autor, “teriam sofrido o impacto de uma maior demanda por terras ou mesmo ter passado pelo processo de fracasso dentro da agricultura nestas áreas” (ibidem).

Ao estudar os principais fluxos migratórios em direção a Roraima nos últimos quinqüênios das décadas de 1970 (1975-1980) e 1980 (1986-1991), Diniz e Santos (2004), partindo dos Censos Demográficos de 1980 e 1991, mostram a seguinte situação, visualizada nas tabelas abaixo⁷:

TABELA 2 – principais fluxos migratórios de Roraima: 1975-1980

Procedência	Destino	Número de imigrantes
Manaus – AM	Boa Vista	1.608
Manaus – AM	Caracaráí	377
Belém – PA	Boa Vista	374
Fortaleza – CE	Boa Vista	319
Imperatriz – MA	Caracaráí	374
Santa Luzia – MA	Boa Vista	284
Santa Luzia – MA	Caracaráí	278
Imperatriz – MA	Boa Vista	263
São Luis – MA	Boa Vista	241
Santarém - PA	Boa Vista	157
Bacabal – MA	Boa Vista	154
Santa Inês – MA	Boa Vista	132
Boa Vista – RR	Caracaráí	131
Rio de Janeiro – RJ	Boa Vista	122
João Lisboa – MA	Caracaráí	120
Aracati – CE	Boa Vista	114

⁷ Os autores usaram o quesito “data-fixa”, que mostra onde os entrevistados residiam numa data fixa anterior, no caso cinco (05) anos antes. Como o Censo de 1980 não continha este quesito os autores usaram um filtro no qual foram selecionados os indivíduos que tinham, em 1980, tempo de residência inferior a cinco anos nos municípios de Roraima e idade igual ou superior a cinco anos.



Vitorino Freire – MA	Boa Vista	113
Bacabal – MA	Caracaráí	109
Rio Branco – AC	Boa Vista	96
Vitorino Freire – MA	Caracaráí	92
Total		4.765

Fonte: Diniz e Santos (2004). Adaptado pelo autor. Dados do IBGE.

Percebe-se pela tabela anterior a prevalência de Boa Vista no destino dos imigrantes que chegaram em Roraima⁸. Dos 4.765 indivíduos, 3.284, ou 68, 9% se dirigiram para a capital. Do total de indivíduos, 30,8 % tinham como procedência o estado do Maranhão e, 131 o próprio Território de Roraima (migração intra-estadual).

De 1980 a 1991 a população de Roraima cresceu 2,7 vezes (Censos 1980 e 1991), passando de 79.159 para 217.583 habitantes. A taxa de crescimento anual total ficou em 10,6%, enquanto a mesma taxa para as áreas rurais foi de 9,7%, muito acima dos 2,7% observados na década anterior. Estes números estão estreitamente ligados à criação de colônias agrícolas (23 no período), mas sobretudo à expansão do garimpo, principalmente a partir de 1987. Estimativas apontam (MAC MILLAN, 1995) que aproximadamente 40.000 pessoas estiveram envolvidas diretamente na atividade garimpeira entre 1987 e 1991. Como já destacado, ainda que os atrativos de Roraima estivessem na área rural, a expansão populacional ocorrida na década de 1980 se apresentou muito mais intensa nas zonas urbanas (136%) do que rurais (35,3%) (DUTRA, 2004). Boa Vista, que possuía uma população de 43.016 habitantes em 1980, alcança quase 119 mil em 1991, um crescimento semelhante ao experimentado por Roraima como um todo. Sua participação no total da população do estado alcança 54,66%.

TABELA 3 – principais fluxos migratórios de Roraima – 1986-1991.

Procedência	Destino	Número de imigrantes
Manaus – AM	Boa Vista	2.300
Itaituba – PA	Boa Vista	1.564
Imperatriz – MA	Boa Vista	1.555
Fortaleza – CE	Boa Vista	946
Zé Doca – MA	Boa Vista	785
Belém – PA	Boa Vista	712

⁸ Dois pontos são importantes aqui. Primeiro: naquela data (1980) só havia dois municípios em Roraima, Boa Vista e Caracaráí. Segundo: os valores na tabela são apenas dos 20 principais municípios de procedência, não o total de imigrantes que chegaram no período.



Santarém – PA	Boa Vista	705
Santa Inês – MA	Boa Vista	703
Porto Velho – MA	Boa Vista	586
São Luís – MA	Boa Vista	567
Rio de Janeiro – RJ	Boa Vista	556
Bacabal – MA	Boa Vista	498
São João da Baliza – RR	Boa Vista	443
Alto Alegre – RR	Boa Vista	403
Goiânia – GO	Boa Vista	376
Teresina – PI	Boa Vista	362
São Paulo – SP	Boa Vista	354
Acailândia – MA	Boa Vista	306
Xinguara – PA	Boa Vista	295
Mucajá – RR	Boa Vista	288
Total		14.304

Fonte: Diniz e Santos (2004). Adaptado pelo autor.

A tabela mostra alguns pontos que merecem destaque. Primeiramente, é importante observar o incremento no total de imigrantes que aportam ao estado no período considerado (1986-1991)⁹. Este número foi 3 vezes maior que o do quinquênio 1975-1980. No que tange apenas a imigração inter-estadual, Santos e Diniz apontam que esta também triplicou, passando de um total de 11.729 indivíduos em 1975-80 para 33.086 em 1986-1991. Dito de outra forma, a partir dos dados data-fixa 1986-91, 33.086 pessoas chegaram ao então Território Federal de Roraima. Tal incremento deu-se justamente pela expansão da atividade garimpeira na região.

Merece destaque ainda o fato de que alguns municípios que nem apareciam no quinquênio anterior (1975-1980) aparecem como importante local de procedência neste último período. Este é particularmente o caso de Itaituba, no estado do Pará. Não por coincidência o município em questão também era uma área fortemente marcada pelo garimpo, assim como Santarém, que, ainda que presente como importante “fonte” de imigrantes no primeiro quinquênio considerado, apresenta maior relevância no segundo período. Importante também é a presença de Porto Velho como um município fornecedor de imigrantes para Roraima, oriundos de uma região de fronteira agrícola mais antiga. A continuidade da importância do Maranhão, até com o surgimento de novos municípios fornecedores de imigrantes (como Zé Doca, por exemplo) se dá pelo prosseguimento das relações sócio-econômicas históricas entre as duas regiões, intensificadas pelas

⁹ Já chamamos a atenção para a real informação contida nestas tabelas na nota de rodapé número 8.

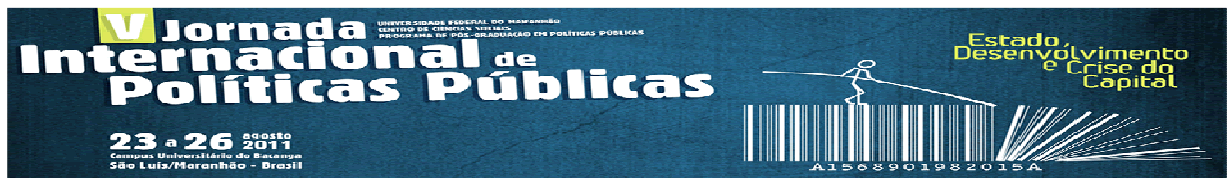


campanhas feitas pelos governos locais para atrair ainda mais maranhenses para a região. Estas campanhas serão “ajudadas” pela existência de uma rede (ou redes) social formada por imigrantes mais antigos que darão suporte aos entrantes mais recentes¹⁰.

Outro ponto de destaque é a exclusividade de Boa Vista como destino final dos imigrantes. Este fato decorre dos fatores descritos anteriormente, como a comercialização dos minérios feita quase que exclusivamente em estabelecimentos da capital, assim como a espera por lotes agrícolas no interior do estado. A distribuição de lotes urbanos na periferia da capital também tem papel fundamental no movimento de pessoas em direção a cidade. Boa parcela dos 40.000 envolvidos diretamente no garimpo fixavam residência em Boa Vista, tanto na casa de parentes e amigos como em residências construídas com material disponibilizado pelo poder público. No caso dos colonos agrícolas, muitos deles residiam também em Boa Vista, no que Dutra (2004) denominou de *residência múltipla* (grifo nosso), ocorrido pelo fato de que “o fenômeno só existe porque há possibilidade de casas na capital (...), bem como que a condição de aquisição situa-se de acordo com um padrão de racionalidade que não pode ser explicado por razões de sucesso econômico”.

O início dos anos 1990 é marcado pela intervenção do governo federal nas áreas de garimpo. Entidades de direitos humanos e ambientalistas chamavam a atenção para o genocídio de índios e as graves conseqüências negativas que a garimpagem estava proporcionando àquelas regiões. Tais denúncias contribuíram para que o governo federal interviesse na área, determinando o fechamento dos garimpos ilegais, o que representou um grande baque na economia roraimense. A mineração era a principal responsável pela arrecadação de tributos (ICMS) por parte do recém criado estado de Roraima, além de se constituir na atividade econômica em torno da qual gravitava a economia roraimense. O fim do garimpo representou um movimento inverso nos fluxos migratórios. Ocorre uma maior migração de retorno de indivíduos para seus estados de origem ou de procedência, assim como o deslocamento para outras regiões ainda não “experimentadas” pelos migrantes. Ocorre ainda uma intensificação na migração em direção à áreas garimpeiras da Venezuela e da Guiana, países fronteiriços à Roraima.

¹⁰ Para alguns autores, existência destas redes é fundamental para o entendimento do processo migratório, chegando a constituir uma corrente teórica no âmbito dos estudiosos do tema da migração. Tais correntes serão tratadas em capítulo posterior. Para um primeiro contato com tal corrente, sugere-se a leitura de Castiglioni (2009).



Paralelamente, ocorre uma migração mais intensa em direção à Boa Vista, inflando ainda mais a periferia da cidade.

Os anos 1990 representam uma redução na intensidade da imigração para o estado de Roraima, entretanto, tal movimento não pode ser desconsiderado. Em termos absolutos, a entrada de migrantes no estado foi significativa. Segundo dados de Diniz e Santos, ao final da década, cerca de 45 mil pessoas haviam entrado no estado de Roraima. Dado que a saída de pessoas foi da ordem de aproximadamente 14 mil indivíduos, o saldo migratório foi da ordem de 31 mil pessoas. A tendência observada nos períodos anteriores é ratificada no período, quais sejam: a origem dos migrantes continua a ser o Nordeste brasileiro, sobretudo o Maranhão; o aumento da participação do Pará como o estado de última residência dos migrantes.

Não obstante o crescimento da participação de pessoas nascidas em outras partes do país (como sul e sudeste) que vieram diretamente ao estado, a massa de migrantes atualmente residentes em Boa Vista é de nordestinos que passaram por outra etapa migratória em estados do Norte, sobretudo Pará e Amazonas. Estes nordestinos acabam por incorporar alguns elementos da cultura nortista. Como exemplo, podemos citar um evento já conhecido em Boa Vista, a noite paraense (jantar organizado por paraenses com comidas e danças típicas do Pará), em que muitos participantes não são nascidos no Pará, mas que lá residiram antes de chegarem a Boa Vista.

Obviamente os nordestinos não perdem sua identidade própria. Na verdade, perpetuam sua identidade das mais diversas formas, através de entidades sociais, grupos de folclore típicos e, no caso de muitos comerciantes, através da nomenclatura de seus estabelecimentos comerciais. Não é raro encontrarmos na cidade estabelecimentos com nomes que fazem alusão ao local de nascimento dos proprietários, como comercial Fortaleza, borracharia do cearense, lanchonete Aracati e assim por diante. Interessante destacar que a maioria dos comerciantes nascidos no Nordeste é nascida no Ceará (dados da Junta Comercial de Roraima).

3 CONCLUSÃO

A migração vai se constituir em elemento fundamental na configuração do espaço urbano na cidade. Ao estudar a migração nordestina em Boa Vista, Vale (2006)

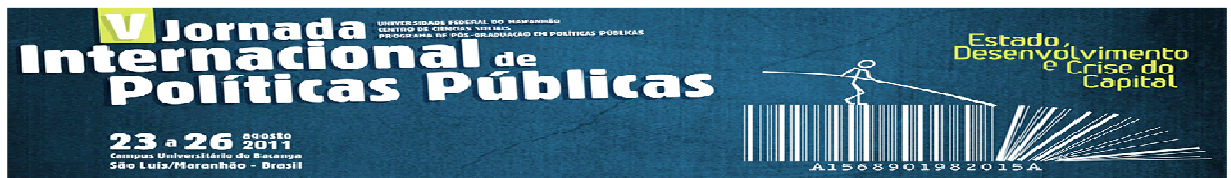


busca a compreensão do fenômeno migratório desta população como matriz social que tem influência no processo de estruturação da sociedade roraimense, assim como as formas de territorialização dos nordestinos no espaço boa-vistense. Neste sentido, a autora afirma que *“o processo de territorialização evidencia-se por meio de dimensões econômicas, políticas e culturais”* (p. 17).

Entretanto, dois elementos nos parecem fundamentais neste processo. Primeiro, as fortes redes sociais que se estabeleceram desde as primeiras entradas mais expressivas de nordestinos no estado, nos idos dos anos 1970/80. Outro ponto de destaque é que as principais lideranças políticas do estado são naturais da região Nordeste do país. Dos quatro governadores que dirigiram o estado desde sua efetivação em 1991, três (inclusive o atual) nasceram no Nordeste. Tanto na Assembléia Legislativa quanto na Câmara dos Vereadores da capital, cerca de metade dos representantes são nordestinos. O Centro de Tradições Gaúchas (CTG) entidade tipicamente voltada à cultura sul-riograndense é dirigida por um cearense. Neste espaço é muito comum os shows de forró, mais do que qualquer manifestação da tradição gaúcha. Esta se faz perceber mais fortemente somente no mês de setembro, quando das comemorações da semana farroupilha. Um dos produtos alimentícios mais consumidos no estado é a paçoca de carne seca, típica do nordeste do país. Restaurantes de comida nordestina também são comuns na cidade. Essas constatações vão ao encontro do que afirma Vale sobre o processo de territorialização por parte dos imigrantes nordestinos. Neste sentido, são esclarecedoras as palavras da autora: *“a territorialidade social é bastante expressiva em Boa Vista, com uma cultura que com qualquer das formas em que se apresenta, transforma-se em um elo condizente do migrante ao seu meio ambiente ainda que subjetivamente”* (p.221).

Ainda que a cultura nordestina, ou a territorialização nordestina esteja mais presente na cidade, outras manifestações territoriais se apresentam no espaço urbano boa-vistense (e roraimense).

Com a expansão e complexificação da cidade, algumas formas de manifestação típicas de outras regiões aparecem de forma mais intensa nos últimos anos. É o caso de alguns tipos de comércio e serviços mais voltados a uma parcela da população de origem geográfica e social distintas. Armazéns que comercializam distintas variedades de vinhos e frutas típicas do sul do país surgiram na cidade recentemente. A



comercialização de erva-mate, bebida típica do Rio Grande do Sul também teve um crescimento importante, assim como de produtos da culinária paraense.

Junto a esta heterogeneidade nacional na composição populacional e cultural roraimenses, há uma forte presença de população oriunda de países vizinhos, sobretudo da Guiana. Os guianenses levam a este espaço multifacetado um elemento significativamente distinto, a língua. A língua oficial no país é o inglês, mas, o dialeto típico do guianense não foi abandonado, tornando-se mais um elemento neste mosaico cultural denominado Roraima. A língua espanhola também se faz presente neste espaço, originada dos imigrantes venezuelanos que se encontram no território roraimense. Alguns bairros de Boa Vista atualmente comportam uma população significativa de guianenses que, nestes espaços reproduzem sua territorialidade, através de suas representações culturais.

Por fim temos a marcante presença de indígenas na população de Boa Vista. No ano de 2005, a FUNAI estimava uma população indígena em Boa Vista da ordem de 2.437 indivíduos. Já o Censo 2010 aponta para um total de 6.150 indígenas vivendo na capital roraimense. Este número representa cerca de 3,07% do total da população residente em Boa Vista, mas perfaz aproximadamente 22% de todos os indígenas que moram no estado.

Em suma, o estado de Roraima e, particularmente sua capital Boa Vista, é um espaço multifacetado com distintas territorialidades, onde tal processo forma a estrutura da sociedade roraimense. Estas territorialidades expressam ou resultam do movimento migratório que tem sido a marca do estado pelo menos desde a década de 1970.

Entretanto, esta cidade multifacetada, detentora de diferentes territorializações e representações identitárias, caracteriza-se, segundo Porchmann e Amorim (2004) por elevada exclusão social, altamente segregada e debilmente estruturada. Tal estado sugere a urgência na promoção de políticas públicas que possibilitem a melhoria nas condições de habitação, esgotamento sanitário e transporte coletivo, dentre outras.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R.I. Ocupação humana em Roraima I: do histórico colonial ao início do assentamento dirigido. Belém: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. 9 (1): 1993, p.123-144.



BARBOSA, R.I. Ocupação humana em Roraima II: uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e crescimento desordenado. Belém: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. 9 (2):** 1993, p. 177-197.

CASTIGLIONI, Aurélia H. Migração: abordagens teóricas. In: Aragón, Luis E. (org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia.** Belém: NAEA, 2009, p. 39-57.

CROCIA DE BARROS, Nilson C. Paisagem, homem e natureza no vale do Rio Branco, Roraima, Brasil. In: SOUZA, Maria Adélia de; SANTOS, Milton. **Natureza e Sociedade de hoje: uma leitura geográfica.** São Paulo: HUCITEC, 1993.

CROCIA DE BARROS, Nilson C. **Roraima: paisagens e tempo na Amazônia Setentrional.** Recife: Editora Universitária (UFPE), 1995.

CROCIA DE BARROS, Nilson. Mobilidade populacional, fronteira e dinâmica das paisagens na Amazônia: o caso de Roraima – Brasil. **Seminário Populações amazônicas: tendências e perspectivas.** Manaus, 1996.

DINIZ, Alexandre M.A.; Santos, Reinaldo O. dos. O vertiginoso crescimento populacional de Roraima e seus impactos socioambientais. **Revista Caderno de Geografia;** v. 15, n. 25. p. 23-44, 2º sem. 2005. Belo Horizonte: 2005.

DINIZ, Alexandre. **A dimensão qualitativa da migração e da expansão da fronteira agrícola em Roraima.** 1997.

DINIZ, Alexandre; Santos, Reinaldo Onofre. **Fluxos migratórios e formação da rede urbana de Roraima.** 2003.

DUTRA, Nélvio. **Política e poder em Roraima 1970-2000.** Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Naea/Ufpa. Belém, 2004.

FOLHA WEB. www.folhabv.com.br. Migrantes são maioria no mercado local. Acesso em 01/05/2009.

FREITAS, Aimberê. **Geografia e História de Roraima.** Edição revista e ampliada. Boa Vista: Ed. DLM, 2001.

FREITAS, Aimberê. **Políticas públicas e administrativas de territórios federais brasileiros.** 2ª ed. Boa Vista: Corprint Gráfica e Editora, 1997.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste.** Niterói: EdUFF, 1997.

HEMMING, John. **Roraima: Brazil's Northernmost frontier.** Institute of Latin American Studies. Londres: University of London, 1990.



IBGE. CENSOS 1980, 1991, 2000, 2010.

MACMILLAN, Gordon. **At the end of the rainbow: gold, land and people in the Brazilian Amazon.** Londres: Earthscan Pub., 1995.

MACMILLAN, Gordon. **Gold mining and land-use change in the Brazilian Amazon.** Edinburg: University of Edinburg (Phd. Tesis in Geography).

ODIC; UFRR. **Perfil dos indígenas da cidade de Boa Vista.** Boa Vista: Ed. UFRR, 2008.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. Configuração migratória no lugar Guayana: uma análise da migração na tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana. In: Aragón, Luis E. (org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia.** Belém: Ed.UFPA, 2009.

SEPLAN. CD-ROM Compilação de Dados.

SOUZA, Carla Monteiro de; Silva, Raimunda Gomes da (orgs.). **Migrantes e migrações em Boa Vista:** os bairros Senador Hélio Campos, Raiar do Sol e Cauamé. Boa Vista: Ed.UFRR, 2006.

VALE, Ana Lia Farias. **Migração e territorialização:** as dimensões territoriais dos nordestinos em Boa Vista/RR. 2007. 268f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2007.



PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: prática social utilizada para manutenção do poder político

Geórgia Patrícia da Silva¹¹

RESUMO

Procura-se enunciar algumas contradições entre discursos e práticas manifestadas no programa de revitalização da cidade de São Luís – MA. O objetivo principal consistiu em analisar como determinados políticos se apropriaram da questão da proteção do patrimônio histórico-cultural. A pesquisa é de caráter exploratório permeada pela interdisciplinaridade. Foram consultados documentos institucionais relativos ao programa de preservação, partindo para identificação de fatos, e estratégias desveladas para sua implementação. Percebeu-se que a prática preservacionista funcionou, um lócus privilegiado, de oportunidades de investimentos rentáveis ao poder político, o que acabou resultando em novas configurações urbanas com a manutenção do *status quo* de determinados indivíduos.

Palavras-chave: Poder político, Patrimônio, Preservação, Centro Histórico

ABSTRACT

It seeks to spell out some contradictions between discourses and practices expressed in the program to revitalize the city of São Luís - MA. The main objective was to analyze how certain politicians seized on the issue of protection of historic and cultural heritage. The exploratory research is permeated by interdisciplinarity. Institutional documents were consulted for the preservation program, starting to identify facts, uncovered and strategies for implementation. It was felt that the practice of preservation work, a privileged locus of profitable investment opportunities to political power, which eventually resulted in new urban settings with maintaining the status quo of certain individuals.

Keywords: political power, Heritage, Preservation, Historic Centre

¹¹ Doutora. Instituto Federal de Roaraima (IFRR) geoufpe@yahoo.com.br



1 INTRODUÇÃO: inquietações sobre uma política de revalorização de um de centro antigo desvalorizado

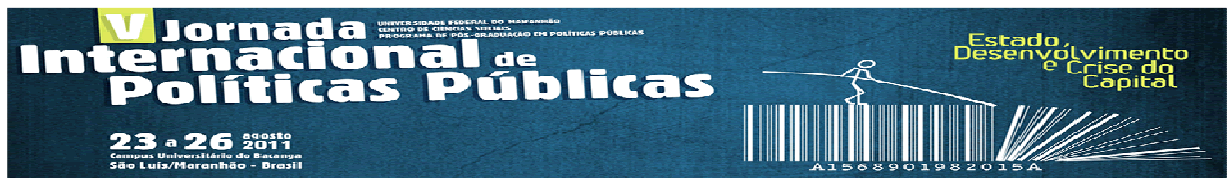
Nos últimos anos, os programas de preservação¹² vêm ganhando espaço e se destacando como assunto relevante na agenda dos governos das cidades. Num momento em que se “(re)descobriu” a potencialidade da cultura houve um direcionamento de ações e recursos para os centros antigos onde estão localizados inúmeros bens arquitetônicos e históricos que estavam relegados e que, de uma hora para outra, passaram a ser ícones urbanos para atrair e desenvolver o turismo.

No Brasil, muitos centros antigos foram requalificados, e embora estejam em diferentes localidades, tiveram projetos que se tornaram muito semelhantes, pelo fato de destinarem recursos para os espaços de grandes potenciais turísticos por serem marcadas determinadas atividades industriais que tiveram um certo apogeu no passado. Os resquícios dessa época, considerada áurea, guardam marcas e histórias que recebem significados diversos no transcorrer do tempo.

Embora se registrem no país esforços para valorizar as áreas antigas, ainda é presente o estigma, consequência do deslocamento da classe dominante para áreas recheadas de atrativos naturais e equipamentos oferecidos pela construção civil. O movimento citadino para fora do centro resultou em profundas alterações da economia, na medida em que também passou a ser ocupado por classes populares, resultando na perda da popularidade e ganho de má reputação.

Não é de admirar que a caricatura desses centros antigos, nas décadas de 60 e 70, remetesse ao estado de deterioração, de abandono e decadência. E foi sob a identificação do quadro do arruinamento que se proliferaram inúmeros projetos para reverter essa feição, considerada decadente e imprópria para o contexto atual. Uma das soluções mais exaltadas consistiu na mudança funcional, devido às intervenções realizadas, sob forma do (re) qualificação turística que caminham para criar a qualquer custo uma imagem que desperte o desejo de antigos e novos consumidores.

¹² Reconhece-se que os termos *revitalização*, *requalificação*, *renovação* e *reabilitação* têm sentidos diferenciados no urbanismo. Neste trabalho serão utilizados como sinônimos para indicar ações sobre contextos existentes, construídos e consolidados que pretendem dar uma nova função e forma a arquiteturas em contextos urbanos de valor histórico (SCHICCH, 2005)



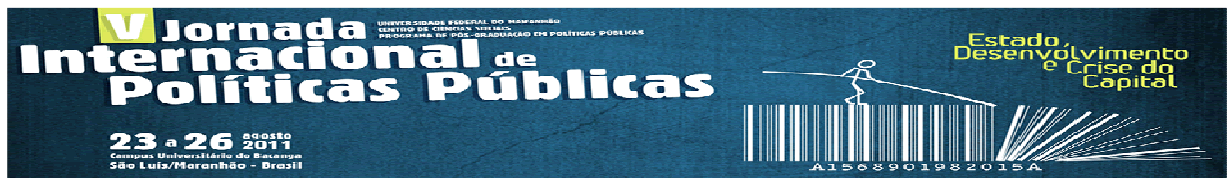
O que chama mais atenção é que se pretende apagar o descaso do poder público, e em pouco tempo mudar as imagens negativas que se teve no passado com a mudança funcional. Não é difícil de afirmar que a precariedade dos centros antigos se deu muitas vezes por vontades políticas e interesses econômicos, e que ainda insistem em manter a política do desprovimento de instrumentos urbanísticos, o processo de esvaziamento funcional e a degradação física do tecido urbano.

Sob o discurso da revitalização disfarçam-se os problemas do tecido urbano que serve de palco às novas funções, reforçando as formas de manutenção do poder político. É um movimento que vem se instaurando com o sistema que incute o resgate da cultura ameaçada e crítica qualquer ato contra o patrimônio cultural. Pode-se entender que as ações são operacionalizadas de forma estratégica para efetivar a manutenção do poder, criando paisagens para transformar o lugar e fortalecendo a imagem de determinados grupos e indivíduos.

Independentemente da razão, maior ou menor que possa assistir o comportamento acrítico em relação às práticas de preservação e revitalização, o que parece fundamental é que haja discussões que possam ser confrontadas com o caráter funcionalista-positivista das intervenções urbanas, praticamente rodeadas de numerosas “propagandas” que tentam convencer que a “reabilitação” do antigo centro traz inúmeros benefícios, dentre eles o aumento de renda da população local devido ao desenvolvimento do turismo, fato este que é ilusório em muitas cidades.

A inquietação da pesquisa aponta para a reflexão sobre o fenômeno de revitalização do Centro Histórico de São Luís com seus espaços vazios e também acusado de decadente; sua causa e consequência frente à dinâmica de produção do espaço urbano. A partir dessa estratégia, esse espaço foi (re) apropriado e, ao mesmo tempo, valorizado por suas possibilidades produtivas.

O centro antigo de São Luís, semelhantemente a outros centros revitalizados, adquiriu uma forte carga simbólica, acompanhado inúmeros adjetivos massificados pelas estratégias de divulgação – tudo para envolver os indivíduos emocionalmente. Assim, passou a representar a “identidade” da cidade, tornando-se, em tese, o lugar peculiar da sua cultura e memória. Percebe-se um esforço do poder público e outras instituições de poder para congelar práticas e processos materiais de reprodução da vida social em uma



espécie de cartão-postal, retrato organizado, visualmente estetizando os bens culturais transformados em patrimônio.

Não apenas em São Luís, mas em muitas outras cidades, o patrimônio cultural desempenha um papel simbólico, podendo representar a história e o fato que deve e quer ser lembrado. Considera-se que essas representações simbólicas lhes reduzem à exclusão, já que os valores que ele representa e encarna são privilegiados pelo sistema capitalista que os fomenta e que os valoriza. Essas representações simbólicas sustentam e legitimam a indústria cultural. Segundo Adorno, na indústria cultural tudo se transforma em negócio, enquanto negócios sem fins comerciais são realizados por meio de sistemática e programada exploração de bens considerados culturais (ADORNO e HORKHEIMER, 1985).

O antigo centro de São Luís foi historicamente ocupado por empresas diversas que se valeram das atividades portuárias e que séculos depois foi ocupado por classes populares, com os denominados cortiços. Nesse caso, essa ocupação do solo urbano, indesejável aos olhos da classe dominante, foi configurada nos meios de comunicação como espaço urbano decadente e impróprio. Esse espaço, relegado e desvalorizado também pelo poder público, que até então não tinha uma história que valesse a pena ser “lembrada”, transformou-se em mercadoria atrativa quando, no ano de 1997, tornou-se um cartão-postal da cidade, com a obtenção do certificado da UNESCO de patrimônio cultural da humanidade.

É de se notar, portanto, a necessidade de avaliar muito mais a atuação do poder público na Praia Grande no que tange à sua intervenção nas mais diversificadas esferas, na medida em que tem a seu cargo a orientação e definição de metas que planificam e controlam o uso do solo. O intuito não recai no sentido de denunciá-la, mas no de entender o processo de desenvolvimento urbano mediante a aplicação de estratégias que dão visibilidade aos patrimônios e quem se beneficia mais com isso.

Os temas referentes à (re)apropriação das áreas centrais antigas adquiriram na atualidade incontestável relevância. Na maioria das vezes, os resultados das intervenções nos centros antigos são apresentados como fatos que apresentam o lado positivo, já que o movimento que seleciona a “memória oficial”, escolhida por governos em nome da tradição dá supremacia para a valorização do acervo cultural arquitetônico. Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa é de caráter exploratório, permeada



pela interdisciplinaridade. Foram consultados documentos institucionais relativos ao programa de preservação, partindo para identificação de fatos, e estratégias desveladas desde sua concepção até a implementação.

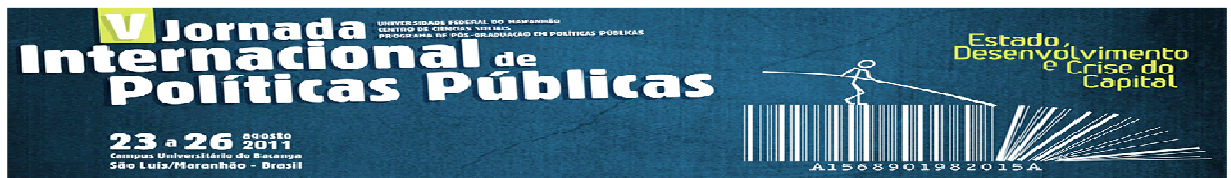
2. REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

O antigo centro de São Luís foi sede das primeiras atividades econômicas de médio e grande e primeiro quartel de centúria. Por ser uma área portuária, tornou-se centro comercial, onde se importavam e exportavam mercadorias controladas por militares e chefes do executivo da cidade, o que possibilitou a concentração de atividades comerciais e residenciais por muitos anos. Contudo, vários fatores geográficos, como a presença constante de terrenos baixos e pântanos que dificultavam o atracamento dos braços, fizeram com que aterros fossem realizados para melhorar o intercâmbio comercial com vários países.

Por mais de 300 anos, esse espaço urbano foi a mais importante localização da cidade e, além de reunir uma gama variada de funções e de pessoas, concentrou funções institucionais, administrativas, comerciais e financeiras, foi privilegiada com investimento de órgãos do poder público e agentes privados, que se sediaram nessa área, dando-lhe uma configuração nos padrões de uso e ocupação do solo urbano. Devido às transformações em curso na cidade, deixou de ser centro. De acordo Villaça (1998): "(...) nenhuma área é ou não é centro; como fruto de um processo – movimento – torna-se centro. No Maranhão (1981) registra-se a perda de centralidade:

A área em questão – de aproximadamente 7 hectares – funcionou desde a fundação da cidade como centro econômico da província/estado. Ali instalaram-se as companhias de importação e exportação, armazenamento e comercialização, que dirigiam o desenvolvimento da região. Intervenções econômicas dos últimos 50 anos têm reduzido sensivelmente esta vocação do bairro, gerando uma deterioração progressiva que hoje já manifesta pelo comércio marginalizado, habitação subnormal, edificações subutilizadas e mal conservadas. (Maranhão, 1981, p.8)

Como o centro antigo deixou de ser interessante para as classes dominantes, assistiu-se ao êxodo de instituições, bancos, repartições públicas para áreas consideradas atualmente mais atrativas. Consequentemente, essa conjuntura fez com



que a área considerada central fosse desprestigiada pelo poder público, que reduziu a aplicação de recursos em serviços básicos para realizar benfeitorias em outros lugares propícios à maior especulação imobiliária.

Com pouca vitalidade, o centro antigo passou a ser visto como um problema dado à criação de novas centralidades. De acordo com cada situação específica, os padrões de uso e ocupação daquelas áreas urbanas antigas foram sofrendo alterações e modificações e, nesse sentido, tornaram-se um entrave para a cidade, já que a rede intraurbana ficou subutilizada, com pouca manutenção, sendo algumas vezes um empecilho à modernização. Além disso, desenvolvimento de atividades de menor rentabilidade, informais e, por vezes, ilegais, desenvolvidas por classes populares ganham destaque na mídia, o que ajuda a estigmatizar os moradores e desprestigiar mais ainda a área em questão.

Nesses termos, houve o esvaziamento urbano como resultado da política urbana adotada que não conseguiu incorporar os estoques imobiliários, mas também dos processos especulativos e as atuações do mercado imobiliário, que interferiram nas decisões sobre quais localizações serão beneficiadas pelos investimentos públicos. Assim, os monumentos e fragmentos urbanos considerados significativos no passado perderam valor de uso, numa espécie de desintegração, sem quase conexão com as novas áreas da cidade, tornando-se inadequados às necessidades urbanas atuais.

Shor e Teixeira (2007), ao discutirem as causas e consequências dos vazios urbanos no contexto das cidades, ressaltam que o problema dos vazios urbanos não está exclusivamente na relação de oferta e demanda, mas também nos motivos que determinaram a sua formação, assim como o preço da terra e a sua localização diante da capacidade de pagamento dos demandantes.

Sob o discurso de valorizar centro antigo e salvar a cultura, o poder público de São Luís, desde a década de 1970, se propôs a melhorar a infraestrutura necessária à refuncionalização turística, criando o Programa de Preservação do Centro Histórico. Com isso houve o aumento da transformação de bens em patrimônio cultural, o que ajudou a justificar ainda mais a implementação da política de preservação mediante o reconhecimento da consagração de personagens, histórias, imóveis, festividades e outros elementos como referências do lugar.



Isso foi uma atitude homogênea já que sob a influência das agências multilaterais, na década de 1970 os centros antigos “inadequados” foram incorporados ao planejamento e gestão do território, fato que consubstanciou uma configuração de novos usos e funções com as políticas culturais, as quais passaram a ser pouco mais que interpretações de versões internacionais, imbuídas de ideologias e valores globais. A maior demonstração dessa tese centra-se nos inúmeros programas de revitalização disseminados no Brasil e em todo o mundo.

Para formatar o programa oficial da preservação em São Luís, o governo da época, sob a gestão de João Castelo (1979-1982), promoveu uma reunião com especialistas em patrimônio, em outubro de 1979. Conforme o parecer de Aloísio Magalhães, então presidente do SPHAN, essa reunião teve como objetivo analisar e discutir a proposta denominada de Renovação Urbana da Praia Grande, elaborada pelo arquiteto americano John Ulric Gisiger¹³. O resultado desse encontro ficou conhecido como a 1ª. Convenção Nacional da Praia Grande.

Como recomendação principal, os participantes da Convenção Nacional da Praia Grande propuseram a criação de uma comissão de coordenação dos projetos e de um grupo de trabalho executivo, a qual foi criada oficialmente pelo Decreto Estadual nº. 7.435, de 16 de novembro de 1979, no âmbito da SEPLAN, sob a coordenação geral executiva do arquiteto Ronald de Almeida Silva e dos coordenadores setoriais, o engenheiro Luiz Phelipe Andrès¹⁴ e o arquiteto John Ulric Gisiger. Participaram, ainda, os representantes da prefeitura, do governo do estado e da Universidade Federal do Maranhão¹⁵.

¹³ O arquiteto Gisiger, formado pela Cronell University dos EUA, catalogou e classificou os “monumentos históricos” de São Luís. Em entrevista com Phelipe Andrès, ex- Coordenador Geral do Projeto Praia Grande, em 10 de julho de 2009 afirmou que juntamente com Ronald Almeida e Gisiger, constituíram, a partir do Encontro, um grupo de trabalho que produziu o chamado Projeto de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís.

¹⁴ Luís Phelipe Carvalho de Castro Andrès, desde 1980, desempenha atividades voltadas para o patrimônio. Fez mestrado em Desenvolvimento Urbano na UFPE. Pertenceu ao Conselho Consultivo do IPHAN (desde 2000) e ao Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura (desde 2007). Foi coordenador Administrativo do Programa Preservação e Revitalização do Centro Histórico São Luís (1983-1984) e coordenador Geral do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico (1984-1989).

¹⁵ A UFMA, por sua Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PREXAE), através da proposta de renovação de John U. Gisiger contribuiu com considerações, sugestões e projetos de ordem histórica, cultural, artística, sociológica, econômica, social e legal mediante um documento apresentado pelos cursos de História e Geociências, de Arte, de Sociologia e Antropologia, de Economia, de Serviço Social e de Direito (UFMA-PREXAE, p.02, 1979).

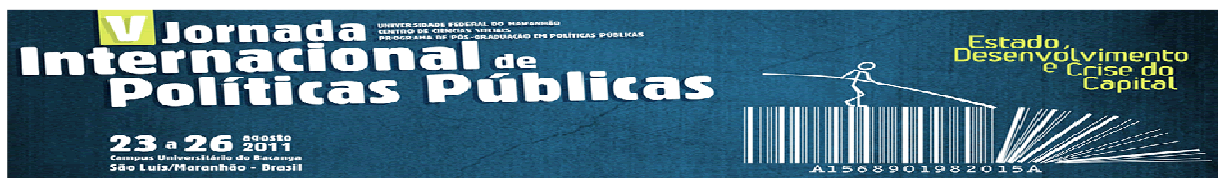


Segundo entrevista com um dos coordenadores do programa à época, Phelipe André, a proposta de Gisiger (1978) se apresentou como uma das mais importantes ações de preservação colocadas à disposição de São Luís, com o objetivo de promover a revitalização da Praia Grande por meio de ações que integravam a preservação de patrimônio e desenvolvimento urbano, contemplando os aspectos culturais, econômicos, sociais, financeiros e urbanos. Além dessa intenção, a proposta esteve focada na solução de problemas graves que atingiam a área: o abandono, a deterioração e a pobreza.

A reflexão sobre a necessidade de preservação do patrimônio histórico de São Luís foi criada à luz da proposta de Gisiger chamada de Renovação Urbana da Praia Grande. O documento elaborado por este arquiteto apontou a necessidade de resguardar e conservar a "história" da cidade. O nome da proposta foi relegado porque o termo *renovação* remontava à demolição, visto que alguns projetos com esta denominação fora do Brasil apontaram "consequências desastrosas" para o patrimônio. Para não haver nenhuma associação com essas experiências, o projeto foi denominado como Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, ou simplesmente Projeto Praia Grande¹⁶.

Mesmo tendo o poder público insistido em inserir no centro uma política de desenvolvimento que se impôs às áreas portuárias do Brasil com o movimento de proteção ao patrimônio e história da cidade. Tal movimento foi legitimado com a anunciada morte¹⁷ da região central e sua possível ressurreição. Mas o trabalho realizado não foi aceito por todos e, portanto, não teve fôlego e foi arrefecido. Contudo, por volta de 1987, as transformações no centro antigo tiveram outros rumos. O centro antigo volta a ser taxado de área basicamente decadente, e o discurso de resgatar o passado colonial glorioso adquire novamente força com o Projeto Reviver sob o seu preletor o político Epitácio Cafeteira.

¹⁶ Por falta de um nome próprio para designar todo o espaço do Projeto, adotou-se a imprecisão geográfica de denominá-la Praia Grande. Somente a parte central do projeto é conhecida por este nome, já que na realidade ele engloba desde o Cais da Sagração, ao norte, até o Desterro, ao sul, (MARANHÃO, 1981).



2. 1 O projeto reviver e sua estreita relação com o político

O projeto Reviver aparece como continuidade e ruptura, ao mesmo tempo. Comparando a proposta do arquiteto Gisiger (1978) e a execução do Reviver, vê-se que nada tem de novo. Não só a preservação está inserida no projeto, mas também o desenvolvimento de atividades, as relacionadas ao comércio varejista, ao turismo, à cultura, economicamente viáveis (MARANHÃO, 1988; MARANHÃO, 1981).

Assim, para dar continuidade aos trabalhos de preservação, o Governo Estadual está lançando o Projeto Reviver, cujo principal objetivo é assegurar de forma definitiva a preservação do patrimônio cultural do Maranhão. Concebido em várias etapas, terá como primeira fase o PROJETO REVIVER – PRAIA GRANDE que concentra suas ações na área mais tradicional de São Luís e seu primeiro núcleo de urbanização (MARANHÃO, 1988, p.04)

O Governador Eptácio Cafeteira (1987-1990), instituiu o Projeto Reviver pelo Decreto nº. 67, de 25 de maio de 1989 e apresentou o trabalho de revitalização, por fim concretizada, com maior exemplo de e para civilização.

Turistas de todo o mundo poderão, doravante, ter impressão oposta ao que se presenciava até recentemente e reconhecer o esforço e capacidade de nossa gente em defesa da memória e do patrimônio cultural do Maranhão e do Brasil, por extensão. Isso é desenvolvimento, é cultura, é progresso, sem desrespeitar a nossa História. A preservação da Praia Grande e as demais obras de restauração – que representam investimentos equivalentes a milhões de dólares – são o melhor exemplo de civilização (MARANHÃO, 1988, p.04)

No desenrolar do Programa, foram contempladas ações de saneamento e melhoria de infraestrutura. Concomitantemente, houve a emergência e consolidação de um discurso hegemônico, baseado na construção social de uma imagem urbana direcionada ao desenvolvimento do turismo. As fases de formulação e implementação das ações soaram como uma estratégia de (re)apropriação do espaço devido à exploração de

¹⁷ A pesquisa socioeconômica – Projeto Praia Grande - aponta o perfil econômico e social da área do Centro Histórico e a quantidade de famílias e as ocupações da Praia, mostrando que havia sociabilidade na área em questão, portanto área não estava morta (MARANHÃO, S/D).



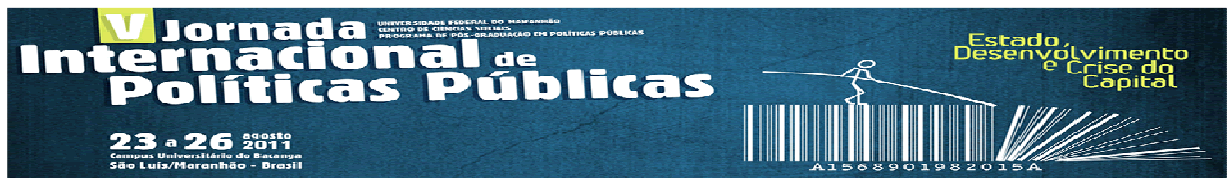
elementos simbólicos, estéticos, sociais e culturais, com implicações na composição urbana.

As decisões políticas para efetuar a requalificar o centro se concentraram em obras, sobretudo a recuperação de casarões, encarados como deteriorados e abandonados, símbolos de atraso, mas dotados de resistência física, vulneráveis, portanto, à destruição do tempo. No processo acelerado de (re)urbanização que, em última instância, tinha a intenção de criar um novo centro, predominou a valorização estética dos panoramas físicos, bem como o iminente desaparecimento deles, e a manipulação política e econômica impetrada através do projeto contribuiu para o redimensionamento das representações sociais que o público tinha a respeito do centro, ao menos em parte.

E assim, na intenção de persuadir o público, de convencê-lo do fenômeno incontestado, criou-se uma linguagem específica, na qual os termos *identidade*, *memória*, *pertencimento*, entre outros, prevaleceram. De acordo com Moscovici (2003, p. 314), a criação desta linguagem é uma estratégia que, através do emprego de palavras associadas a novos sentidos, cria novas representações: “uma vez conseguido isso, as palavras obtêm seus sentidos específicos, e esses, por sua vez, justificam seu uso”.

O programa de revitalização do centro com o Projeto Reviver recaiu incisivamente na decadência e morte da área, necessitando de uma suposta ressurreição, de uma nova vida para o espaço. O distinto governador da época, para implantação do programa, abusou da volta ao passado como uma espécie de plágio do estado decadente da agricultura que Almeida (2008) aponta no Livro *Ideologia da Decadência* quando Presidentes e Vice-Presidentes da Província do Maranhão, que se estendem de meados da terceira até fins da penúltima década do século XIX, são unânimes em registrar em vários documentos informações concernentes ao que convencionaram denominar de decadência.

O procedimento resume-se em pensar uma existência anterior e vive-la, de uma forma idealizada, num momento presente que a desliga por completo. A reflexão se dá pela evocação do avesso. A apologia do progresso, que é um objetivo presumivelmente alcançável, passa por esta idealização do passado (ALMEIDA, 2008).



As clivagens que orientam o discurso do projeto transmitiam continuidades e descontinuidades necessárias e imprescindíveis para que se possa imaginar um futuro que, de forma alguma, deve ser visto com estranheza e sim como uma recuperação, de certo modo, possível do passado “áureo”, posto que fica transparente nas interpretações das falas e discursos do representante do governo estadual que é possível se reconstituir de maneira concreta a situação anterior e que cabe nutrir as possibilidades futuras por meio da aplicação das medidas esboçadas pelo projeto de recuperação urbana.

Esse projeto permeado por mudanças (sejam no campo físico ou abstrato) no fim das contas acabou beneficiando aquele que deu nome ao “filho”. Não bastou apenas isso, foi preciso apresentá-lo a todos, enfatizando só o lado positivo. Neste sentido, o “pai” do programa ganhou visibilidade, porque salvou a cultura que estava no caminho do esquecimento e destruição. A suposta preocupação de salvar a “história” para as gerações presentes e futuras transformou o governador Cafeteira em um político muito lembrado pelas pessoas da cidade.

O discurso de salvar a cultura e desenvolver a região, ponto comum nos diferentes projetos de preservação, o poder político, por trás da figura do político Cafeteira, além de interferir nos aspectos urbanísticos, construiu um novo símbolo para o centro antigo: o Reviver. No processo de “reconstrução” do centro, o projeto saiu do abstrato das ideias e se concretizou fisicamente. Assim, o bairro que originou a cidade, bairro da Praia Grande passou a ser chamada vulgarmente de Reviver.

Como num passe de mágica, o Reviver se materializou do nada, narrativamente, quando apareceu como imagem construída, com cenas que iam em direção à construção de “fatos”, nos quais a personagem principal se movia para dar vida a um tempo morto, a uma paisagem sem cor. Assim, Cafeteira, como personagem, se tornou o “mocinho” que criou essa nova paisagem.

Enquanto o renascimento do centro em 1987 visava ao patrimônio em campo privilegiado de produção do sentido, deu-se um impulso a Cafeteira no campo midiático como salvador da cultura, junto a outra política, Roseana Sarney. Por outro lado, ainda que a onda de preservação que se seguiu dependesse grandemente dos subsídios públicos, o peso do projeto o fez um defensor-mor do legado do povo maranhense. O que marcou esta fase foi o desencadeamento de obras e intervenções urbanas.



O processo de (re)produção de sentido em torno do “renascimento” do velho centro foi assumido por diversos meios de comunicação, notadamente pelo Sistema Mirante¹⁸, para propor novas perspectivas em torno do patrimônio e sua relação com o turismo. Neste caso, a (re)interpretação sobre a identidade da cidade de São Luís permeou o despertar do dever do cidadão e a bondade do Estado de preservar a sua cultura, estimulando operadores cognitivos, que facilitam a criação e aceitação de novas paisagens que certamente reforçaram o poder político.

Nessa dimensão, vê-se que as estratégias de “reapropriação” do centro urbano estão arraigadas numa concepção que se quer legitimar, e convergem para criação de uma nova “imagem urbana” que determina novas formas e conteúdos relacionados aos encantos da “cultura encontrada”. Como estratégia para dirimir as resistências aos programas de preservação, o político aparece como o salvador de uma “espécie”, ameaçada de extinção pelas garras do tempo e omissão dos indivíduos, contribuindo, assim, para permear o discurso da preservação no Centro Histórico, no tempo do Reviver:

Neste sentido, o governador ganhou legitimidade em realizar as obras, uma vez que a cultura estaria fadada ao desaparecimento e, desta forma, comprometer-se-iam os únicos elementos que trariam um conhecimento mais profundo do povo para si mesmo e para os outros. Assim, o movimento “de volta à cidade” (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006) sob a ideologia da preservação do espaço providencia transformações urbanísticas e a reforçou o *status quo* de determinados indivíduos e o seu poder político.

3. CONCLUSÕES

O Programa de Preservação, principalmente desdobrado no projeto Reviver tonou-se um elo com o então político Cafeteira, na medida em que a experiência de um centro revivido foi se associando à sua pessoa. E não por acaso, criador e criatura passaram a (re)ocupar um espaço privilegiado no campo midiático, uma vez que com o jogo de recursos midiáticos acabou se tornando um palco para observar as trincheiras da

¹⁸ Maior sistema de comunicação do Maranhão (pertencente à família Sarney), tem a Rede Mirante de Televisão, o jornal O Estado do Maranhão, a Rádio Mirante FM e a Rádio Mirante AM, além da veiculação pela Internet.



(re)produção de sentido, inclusive as relações mantidas entre um político e uma grupo que mantém um domínio sobre o sistema de comunicação.

O projeto Reviver tornou-se um recurso excepcional a serviço do poder político que buscava legitimar imagens de pessoas associadas às mudanças urbanas. O ápice do prestígio de Cafeteira foi usufruído pela fórmula do reavivamento do centro, visto que a preservação do patrimônio, desde o final da década de 1970, teve seus altos e baixos¹⁹, e é com esse projeto que as transformações internas ganham maior peso e visibilidade com os recursos midiáticos.

O uso de um discurso do “desenvolvimento”, com a preservação da cultura, e o Cafeteira como apoio do grupo de comunicação da família Sarney, na verdade, permitiu a sua a “imortalidade” no cenário do patrimônio de São Luís, fato que, em última análise, acabou monopolizando a informação/opinião dos indivíduos pelo jogo exercido com os recursos midiáticos.

O que esse político fez foi deter a atenção sobre essa intermediação urbana, o que lhe garantiu grandes vantagens, porque permitiu pela veiculação de informações, o que deve ou não deve ser difundido e, portanto, do que deve ou não ser pensado pelo restante da sociedade. Logo, não é sem motivo que se tentou espalhar pelo mundo a obra Reviver²⁰, em versão português-inglês, de autoria do político Eptácio Cafeteira.

A autoridade conferida ao governo naturalizou o discurso entre passado e o presente que nem sempre foram equidistantes. Neste sentido, a própria concepção do nome Reviver é rica para se pensar a relação entre esses dois tempos. Tal atitude se revestiu em dois sentidos: de um lado, é como se quisesse apagar e selecionar fatos antigos em um repertório seletivo para fortalecer a identidade. O segundo sentido que pode ser percebido consiste na exaltação de aspectos mais estimulantes, mais glamorosos para que sejam criadas novas maneiras artificiais, cuja função é simplesmente o espetáculo (DEBORD, 1997).

¹⁹ Segundo Maranhão (1997), o programa de preservação foi desenvolvido em cinco etapas, mas apenas duas fases são lembradas: a primeira executada no biênio 1987-1988, quando o projeto ainda era conhecido como Praia Grande, e a segunda quando passou a ser conhecido como Reviver.

²⁰ Este livro, do ano de 1993, teve com título Reviver e foi traduzido para o inglês por Istvan Vajda, Patrícia Zimbres e Vanira Tavares, com prefácio de Américo Azevedo Neto. Foi enviado para representantes de várias instituições tais como da (o), Fundação Roberto Marinho, Ministério da Educação de Cuba, Governo do Estado do Minas Gerais, RADIOBRAS (Empresa Brasileira de Comunicações, UNESCO, entre outros (CAFETEIRA, 1994.)



A partir da análise sobre a experiência do Reviver na renovação do centro antigo, foram identificados elementos que apresentam evidências sobre a capacidade de alguns políticos que, sob o discurso dos ambientes renovados, se apropriam da cultura para manter o *status quo*. Percebeu-se que a consciência preservacionista funcionou, um lócus privilegiado, de oportunidades de investimentos rentáveis ao poder político, o que acabou resultando em novas relações e beneficiando indivíduos e determinados grupos.

Daí a verdade da afirmação de que quem conta é o fazedor da história e com o seu olhar e interesse, tenta olhar o presente com imagens fragmentadas do passado, que servem para privilegiar o enredo para o futuro. Mais do que atitudes saudosistas ou espécie de seguro contra o esquecimento, o programa de revitalização, desdobrado pelo Reviver, antes de tudo, serviu como instrumento de legitimação de interesses de políticos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985.

ALMEIDA, A. W. B. **A ideologia da decadência: leitura Antropológica a uma história de agricultura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ANDRÈS, L. P. Apresentação de *Powerpoint* – **Programa de preservação e revitalização do centro histórico de São Luís**, Governo do Estado do Maranhão – Brasil 2007.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. (coord). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. Tradução Helena Menna Barreto Silva. São Paulo: Annablume, 2006.

CAFETEIRA, E. **REVIVER: Revival**. – Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1994.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

MARANHÃO. **Projeto Reviver** – Praia Grande -Secretaria da Cultura. Preservação do Patrimônio Cultural, São Luís, 1988.

_____. **Programa de obras para o Largo do Comércio e Adjacências. Projeto Praia Grande**: – SEPLAN. São Luís, 1981.

_____, Comissão e Coordenadoria do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís – PROJETO PRAIA GRANDE. – São Luís, SD.



- PREXAE, Universidade do Maranhão, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis. PROPOSTA PARA RECUPERAÇÃO URBANA DA PRAIA GRANDE. – São Luís, 1979.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2003.
- SANTO, E.; MARCELO J. (Org.). **São Luís: uma leitura da cidade**. Prefeitura de São Luís / Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade. São Luís: Instituto da Cidade, 2006.
- SCHICCH. M. C. **Restauração, renovação, revitalização, requalificação, reabilitação**. Revista do Grupo Requalificação Urbana - Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias Arquitetura e Urbanismo CEATEC -. PUC CAMPINAS, 2005.
- SCHOR, S. M.; R. A. TEIXEIRA **O mercado de imóveis e os instrumentos urbanísticos para revitalização do centro de São Paulo**. Curso de Capacitação – Programas de reabilitação de áreas urbanas centrais, 2007.
- UFMA-PREXAE, **Proposta para recuperação urbana da Praia Grande** - Universidade do Maranhão, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis – São Luís, 1979.
- VILLAÇA, F. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. Studio Nobel, Fapesp, 1998.